



Assembleia Municipal

ACTA Nº 08

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Extraordinária, realizada no dia 29 de Julho de 2010

Aos 29 dias do mês de Julho de 2010 reuniu em sessão extraordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença dos seguintes membros: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, Maria Graciete Agostinho Brito, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Joaquim Augusto P. Pais de Azevedo, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês Nóbrega D'Aguiar, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Joana de Brito Monteiro Serrano, Marco António Heleno Domingos da Silva, André Duarte Matias Lagarto e João Carvalho Pereira. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Registou-se a ausência de um deputado municipal do PS,

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21h.

Na ausência do 2º secretário da Assembleia, João Vasco Peixinho, comunicada antecipadamente por carta à Mesa da Assembleia a informar a respectiva suspensão temporária de mandato, o Presidente da Assembleia propôs que o seu lugar na mesa fosse substituído pelo deputado Henrique Santana, não tendo havido qualquer oposição por parte dos deputados municipais.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

- Ponto 1 – Contratação de Empréstimo para Saneamento Financeiro.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por explicar que a contratação deste empréstimo vem no seguimento

da prossecução do processo de saneamento financeiro da Autarquia, já discutido e aprovado em Reunião de Câmara e na última sessão desta Assembleia. Cabe agora à Assembleia discutir e votar a contratação do empréstimo nas condições propostas no documento em análise, em conformidade com o previsto na Lei das Finanças Locais para as situações de decretação de desequilíbrio conjuntural que define claramente que o empréstimo tendo em vista a reprogramação da dívida e consolidação de passivos financeiros não deve aumentar o endividamento líquido nem ter um prazo superior a 12 anos, podendo ter um período de carência de 3 anos.

Várias entidades bancárias foram contactadas, sendo que a proposta do Santander Totta foi a mais vantajosa, não só por ter o spread mais baixo (3,50%), mas porque foi a única a propor um empréstimo que cobria o total do valor requerido (6.135.546,16€).

Assim que esta proposta for aprovada será remetida para o Tribunal de Contas, entidade responsável pela concessão do visto final que permitirá a contracção do empréstimo.

Por último, o Presidente explicou que para a Câmara poder implementar este Plano de Saneamento Financeiro é necessário que a DGAL não leve por diante a intenção de proceder aos cortes de financiamento resultantes das disposições previstas para as Autarquias que ultrapassem o limite legal de endividamento, como aconteceu com a Câmara de Alpiarça nos anos transactos. No entanto, em reunião com o Secretário de Estado da Administração Local, o Presidente da CM alertou o Secretário de Estado da Administração Local que o plano de saneamento financeiro só será viável se não se efectivarem os cortes de financiamento. Caso contrário não há qualquer hipótese de contornar a gravíssima situação financeira da CM Alpiarça. E que conta com o seu apoio e a compreensão.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que manifestou a sua dúvida acerca da necessidade da tutela se pronunciar sobre a declaração de desequilíbrio conjuntural e conseqüente proposta de reequilíbrio financeiro antes de a Câmara poder legitimar a sua pretensão de contracção de empréstimo.

Sobre a proposta do banco Santander Totta, o deputado considera que o spread é muito elevado, embora mantenha esperanças de que esse valor desça, até porque a resposta do banco não fecha as portas à negociação desse valor.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar que lembrou a sessão de Fevereiro de 2009 em que a Assembleia Municipal votou a contratação de um

empréstimo no âmbito de um programa criado pelo Governo chamado “Pagar a Tempo e Horas”. Na altura, as Autarquias podiam recorrer a este programa através da contracção de um empréstimo para pagar dívidas a fornecedores. A contratação desse empréstimo foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor da bancada da CDU, que à época já tinha conhecimento da gestão danosa do PS à frente da Autarquia mas que não quis deixar fugir uma oportunidade de pelo menos tentar minorar os danos. A deputada lamentou que desta vez os vereadores do PS tenham votado contra este empréstimo em Reunião de Câmara.

A deputada apresentou em seguida alguns exemplos de autarquias em situações semelhantes à de Alpiarça que fizeram aprovar recentemente um plano de saneamento financeiro sem qualquer voto contra e contando com o apoio de todas as forças políticas. De referir que muitas dessas autarquias tinham maioria socialista. Referiu ainda, que desta forma se vê a diferença de posturas na resolução dos problemas.

Intervenção do deputado João de Brito que começou por afirmar não ser sua intenção discutir negativamente o plano de saneamento financeiro e o empréstimo que o concretiza, já que é algo que tem de se fazer e a Câmara tem de arranjar dinheiro para pagar a quem deve se quer ser uma pessoa de bem. No entanto o deputado tem pena que a CDU nunca tenha apresentado um plano de contenção de despesas e tenha optado por contratar tanta gente para os gabinetes de apoio ao Executivo depois de tanto criticar a mesma opção por parte do PS.

O deputado afirmou ainda que entende que uma boa medida de contenção de despesas seria a alienação da AgroAlpiarça, tendo em conta a situação financeira em que se encontra e o fraco futuro que se prevê para a agricultura em Portugal.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro que começou por dar as boas vindas aos dois novos representantes da Assembleia Municipal, André Lagarto e João Carvalho Pereira. Em relação ao empréstimo, o deputado afirmou que ele surge com naturalidade como consequência das várias diligências que este Executivo tomou desde que assumiu os destinos da autarquia e que visavam conhecer o verdadeiro estado financeiro da autarquia e procurar a melhor forma de o corrigir. O deputado entende que esta não será a única medida de tomar, mas é sem dúvida uma medida que se impunha e sem a qual seria impossível voltar a restabelecer o equilíbrio financeiro.

Por último, o deputado afirmou não ser com prazer que hoje a bancada da CDU vai aprovar esta proposta, mas infelizmente é esta a realidade da Autarquia e o Executivo é obrigado a fazer esta opção.

O Presidente da Câmara tomou a palavra reiterando o que disse o deputado Celestino Brasileiro. Das declarações dos deputados da oposição depreende-se que a Câmara está muito satisfeita por ter de fazer aprovar um plano de saneamento financeiro e um empréstimo bancário. O Presidente lembrou que seria muito mais confortável para o seu Executivo ter encontrado uma Câmara com boa saúde financeira de modo a poder pôr em prática muito mais facilmente o seu programa eleitoral. Em relação à proposta do Santander Totta, o Presidente parte do princípio que é unânime reconhecer que se trata da melhor das propostas apresentadas, acrescentando ainda, para responder ao deputado Fernando Ramalho, que o último empréstimo bancário contraído pelo Governo tinha um spread mais elevado do que aquele apresentado pelo Totta para este empréstimo. De resto, o facto de muitos bancos não terem apresentado proposta de financiamento deveu-se sobretudo às condições de mercado extremamente adversas. Assim sendo, o Presidente considera a taxa de juro muito razoável tendo em conta as circunstâncias, não pondo de parte, como é óbvio, qualquer oportunidade de negociação desse valor e das próprias condições do empréstimo. Sobre o papel da tutela administrativa em todo este processo, questão levantada pelo deputado Fernando Ramalho, o Presidente explicou que no caso da implementação de um plano de saneamento financeiro a Autarquia tem plena autonomia. As únicas instâncias que poderão inviabilizar a contratação deste empréstimo são o Tribunal de Contas, que poderá pronunciar-se desfavoravelmente a esta proposta, e a DGAL caso decida não condescender no que toca aos cortes de financiamento por ultrapassagem do limite legal de endividamento.

Em relação às questões do deputado João de Brito, o Presidente referiu que a democracia tem custos e que um desses custos diz respeito ao funcionamento regular dos órgãos políticos. O Presidente salientou que esses custos com a democracia são preferíveis a um outro regime político com muito menos custos associados mas com muita mais redução das liberdades. Nunca o deputado João de Brito terá ouvido dizer da boca do Presidente enquanto esteve na oposição que o PS deveria despedir assessores ou secretárias, e também não se lembra de algumas vez algum eleito da CDU o ter referido. O Presidente realçou ainda que o seu gabinete de apoio tem ainda uma vaga por ocupar em relação ao limite máximo permitido por lei para constituição destes gabinetes. No que toca às linhas de acção para cortes na despesa, o Presidente considera que o deputado não lhe está a fazer justiça, uma vez que essas linhas de acção estão enunciadas no plano de saneamento financeiro. No entanto, para especificar, o Presidente informou o deputado que, por exemplo a nível de telemóveis, paga-se agora um terço do valor mensal que era cobrado à Câmara pelas comunicações. Em relação à AgroAlpiarça, o Presidente reconhece que efectivamente a empresa está numa situação muito deplorável, mas lembrou que em 1997 era uma empresa de plena saúde

financeira. Ainda assim, o Presidente lembrou que as dívidas da AgroAlpiarça não entram para o endividamento líquido da Autarquia.

Foi dada a palavra ao Vereador Mário Peixinho que se referiu à AgroAlpiarça, realçando que mesmo com todos os problemas que a agricultura atravessa, a cooperativa teve em 2009 um resultado líquido positivo de 50.693,00€. Acrescentou ainda que no período que medeia o ano de 2000 até 2006, a AgroAlpiarça teve um resultado negativo no valor de 1.015.000,00€, além de terem sido alienados 22 hectares da cooperativa. Pelo que o problema não terá sido apenas o momento adverso à agricultura, mas também a gestão danosa de que a cooperativa foi alvo. Ainda assim, o Vereador afirmou que continua a acreditar na AgroAlpiarça e na possibilidade de recuperar esta empresa para o Concelho.

Em defesa da honra tomou a palavra o deputado João de Brito, afirmando concordar com as palavras do Vereador Mário Peixinho e lembrando que nem ele nem o PSD tinham responsabilidade nos factos.

Posto o que se passou à votação do ponto 1 da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por maioria com 6 votos contra, 5 da bancada do PS e 1 da bancada do PSD, e 9 votos a favor.

Os deputados do PS, Fernando Ramalho, Graciete Brito, Ana Margarida do Céu, Lúcio Amaral e Joaquim Pais de Azevedo fizeram chegar à Mesa declarações de votos individuais. Os documentos estão apensos à acta.

O deputado João de Brito fez uma declaração de voto. Afirmou ter votado contra esta proposta por uma questão de coerência em relação à sua posição no que toca ao Plano de Saneamento Financeiro.

- Ponto 2 – Eleição de representantes na Assembleia Intermunicipal da CIMLT.

O Presidente da Assembleia, em nome da Mesa, propôs a retirada deste ponto da discussão. O Presidente explicou que introduziu este ponto na ordem de trabalhos porque foi levantada a hipótese de se eleger uma lista com número de representantes superior aos três representantes previstos para o Município de Alpiarça, a fim de salvaguardar a eventualidade de alguns dos representantes eleitos não poderem estar presentes na Assembleia da CIMLT, sendo então substituídos por representantes suplentes. No entanto, o Presidente pediu um parecer que foi desfavorável a esta hipótese, já que o regimento da CIMLT não concebe este cenário. Assim sendo, o Presidente propôs a retirada deste ponto.

A retirada deste ponto foi aprovada por unanimidade.

- Ponto 3 – Ocupação de espaço público e isenção de taxa e imposto de selo.

O Presidente da Câmara explicou tratar-se de um pedido para ocupação de via pública por parte de uma empresa ligada à área da saúde. Esta empresa pretende promover uma acção gratuita de rastreio auditivo no dia 12 de Setembro no largo dos Águias. Para tal pede à Autarquia a isenção das taxas da ocupação da via pública. Tratando-se de taxas, este assunto carece imediatamente de aprovação em Assembleia e é nesse sentido que o ponto foi introduzido na ordem de trabalhos.

Posto à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 4 – Regulamento de Pesca – Barragem dos Patudos.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara que explicou que após aprovação em Assembleia, este regulamento entrou em período de apreciação pública. Durante essa fase a Câmara recebeu uma proposta de alteração por parte da Autoridade Florestal Nacional que entende que no artigo 2º onde se lê “5€” deve ler-se “4.99€”, ajustando assim mais satisfatoriamente a conversão de escudos em euros.

Não havendo inscrições, o documento foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta. Que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____